



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS**

CAMPUS PALMAS

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

LAYLLA CRISTINA BARBOSA CARRIJO

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE PEIXE *ex-post* A
OPERAÇÃO COMERCIAL DA USINA HIDRELÉTRICA DE PEIXE ANGICAL**

PALMAS – TO

2017



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS**

CAMPUS PALMAS

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

LAYLLA CRISTINA BARBOSA CARRIJO

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE PEIXE *ex-post* A
OPERAÇÃO COMERCIAL DA USINA HIDRELÉTRICA DE PEIXE ANGICAL**

Projeto do Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para obtenção do
Título de Tecnólogo do Curso Superior de Tecnologia
em Gestão Pública do Instituto Federal do Tocantins,
Campus Palmas.

Orientador: Prof. Msc. Joseane Ribeiro de Menezes
Granja Júnior

PALMAS – TO

2017

Cristina Barbosa Carrijo, Laylla.

Título: Análise do Desenvolvimento da Cidade de Peixe *ex-post* A Operação Comercial da Usina Hidrelétrica de Peixe Angical / Laylla Cristina Barbosa Carrijo. – Palmas To, 2017. 54 f.

Monografia (Graduação no Curso Superior Tecnólogo em Gestão Pública) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do – Tocantins – Campus Palmas, 2017.

Orientador: Prof. MSC. Joseane Ribeiro de Menezes Granja Júnior

1. Crescimento Econômico. 2. Desenvolvimento Econômico. 3. Indicadores Socioeconômicos. 4. Usina Hidrelétrica de Peixe Angical. I. Título

CRISTINA, Laylla. **ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE PEIXE *ex-post* A OPERAÇÃO COMERCIAL DA USINA HIDRELÉTRICA DE PEIXE ANGICAL** – Desenvolvimento Regional – Curso Superior Tecnólogo em Gestão Pública, Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia, Campus Palmas – TO, 2017.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de CST em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – *Campus Palmas*, como exigência à obtenção do grau no ano de 2017.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA AVALIADORA

Ciências Econômicas. Prof. MSC. Joseane Ribeiro de Menezes Granja Júnior
IFTO – Campus Palmas

Administração. Prof^a. MS. Ana Carolina Nogueira Falcão
IFTO – Campus Palmas

Ciências Econômicas. Prof. MSC. Leonardo Brasil Carvalho
IFTO – Campus Palmas

Dedico especialmente este trabalho ao meu orientador, Professor Msc. Joseane Ribeiro de Menezes Granja Júnior que contribuiu da melhor maneira para que eu pudesse concluí-lo.

Sabendo dos meus contratempos, da minha exaustão física e emocional, das vezes que pensei em me abster, ele se dispôs a me apoiar, acreditando até o último minuto na minha competência.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado à força e a capacidade necessária nos momentos de dificuldade e desespero.

A minha mãe Leni Barbosa e a minha avó Divina Raimundo Barbosa, por serem as pessoas fundamentais e de maior influencia para o meu crescimento e desenvolvimento.

Ao meu filho João Gabriel Barbosa da Silva que veio a nascer entre os meses que passei a me dedicar a este trabalho, me dando incentivo para que eu não parasse e o mostrasse que o futuro a gente constrói e o estudo é o grande mediador.

Ao pai do meu filho, Wesley Vinicius da Silva Soares que mostrou ser um grande companheiro, paciente, e sempre disposto a me ajudar. Foi ele o meu primeiro “avaliador” quando eu ficava ensaiando para o dia da apresentação da defesa.

Aos meus familiares entre irmão, avô materno, tias e tios, primas e primos, que me ajudaram de alguma maneira. Pelas palavras de incentivo, pelo “vai dar tudo certo” que me motivou diversas vezes.

Agradeço àquele que compôs a minha dedicatória neste trabalho, o Professor Msc. Joseane Ribeiro de Menezes Granja Júnior.

RESUMO

Por muitos anos, especialmente entre as décadas de 70 e 80 o desenvolvimento regional era visto e estudado por meio dos movimentos sociais urbanos, discutiam-se sobre as origens e a lógica de políticas estatais, disputas territoriais e os desequilíbrios entre regiões, ou seja, pelas lentes da sociologia. Hoje se procura por questões mais práticas, voltadas pelo marketing e da competitividade em um determinado tempo, onde espaços urbanos e regionais estarão aptos a atingirem um alto desenvolvimento econômico. É por esse divisor de épocas que este trabalho busca analisar o desenvolvimento da cidade de Peixe do Estado do Tocantins, após a operação comercial da Usina Hidrelétrica de Peixe Angical, a partir das atividades econômicas ocorridas. Analisando as transformações advindas de sua operação comercial pontuando se após a sua construção houve alguma influência para o município.

Palavras-chaves: Crescimento Econômico, Desenvolvimento Econômico, Indicadores Socioeconômicos, Usina Hidrelétrica de Peixe Angical

ABSTRACT

For many years, especially between the 1970s and 1980s, regional development was seen and studied through urban social movements, the origins and logic of state policies, territorial disputes and imbalances between regions were discussed, Through the lens of sociology. Today we are looking for more practical issues, focused on marketing and competitiveness in a given time, where urban and regional spaces will be able to reach a high economic development. It is for this period dividend that this work seeks to analyze the development of the city of Peixe in the State of Tocantins, after the commercial operation of the Peixe Angical Hydroelectric Plant, based on the economic activities that took place. Analyzing the transformations coming from its commercial operation, punctuating if after its construction there was some influence for the municipality.

Keywords: Economic Growth, Economic Development, Socioeconomic Indicators, Peixe Angical Hydroelectric Plant.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1- Localização de Peixe no Tocantins.....	15
FIGURA 2 - UHE de Peixe Angical em seu funcionamento total.....	19

LISTA DE TABELAS

TABELA A – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) Receita Própria 2006 – 2015.....	31
TABELA B – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal Geral (IFGF – Geral) 2006 – 2015.....	33
TABELA C – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: Liquidez 2006 – 2015.....	35
TABELA D – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Gastos com Pessoal 2006 – 2015..	37
TABELA E - Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Investimentos 2006 – 2015.....	39
TABELA F – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: Custo da Dívida 2006 – 2015.....	41
TABELA G – Despesas correntes e de capital da cidade de Peixe. 2002 à 2015.....	43
TABELA H – Produto Interno Bruto do Município de Peixe por Setores (1999-2009).....	44
TABELA I – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) - Consolidado - 2005 a 2013.....	46

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO A – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) Receita Própria 2006 – 2015.....	32
GRÁFICO B – Evolução do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal Geral 2006 – 2015.....	34
GRÁFICO C – Evolução do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: Liquidez 2006 – 2015.....	36
GRÁFICO D – Evolução do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: Gastos com Pessoal 2006 – 2015.....	38
GRÁFICO E - Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Investimentos 2006 – 2015.....	40
GRÁFICO F – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Custo da Dívida 2006 – 2015.....	42
GRÁFICO H – Produto Interno Bruto do Município de Peixe por Setores (1999-2009).....	45
GRÁFICO I – Comportamento dos indicadores do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM): Consolidado – 2005 a 2013.....	47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 OBJETIVOS.....	11
1.1.1 Objetivo Geral	11
1.1.2 Objetivos específicos	11
1.3 Procedimentos Metodológicos.....	13
2 – REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 – Breve Histórico da Cidade de Peixe do Tocantins.....	15
2.2. – Origem do Nome Peixe.....	17
2.3. – Exposições Escritas Sobre a Usina Hidrelétrica de Peixe Angical.....	17
2.4. – Algumas Considerações Sobre o Desenvolvimento.....	20
2.5. – Indicadores Socioeconômicos.....	24
2.6. – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal: IFDM.....	26
2.7. – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: IFGF.....	27
2.8. – Empresômetro: Tudo sobre empresas.....	27
2.9. – CAGED: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.....	28
2.10. – Compara Brasil: Finanças dos Municípios.....	29
3 – Análise e Discussões dos Resultados.....	31
3.1. – Índice FIRJAN Gestão Fiscal: Receita Própria.....	31
3.2. – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: Geral.....	33
3.3. – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Liquidez.....	34
3.4. – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Gastos com Pessoal.....	36
3.5. – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Investimentos.....	39
3.6. – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Custo da Dívida.....	41
3.7. – Despesas Correntes e Despesas de Capital.....	43
3.8. – Produto Interno Bruto (PIB) por Setores.....	44
3.9. – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM): Consolidado.....	45
3.9.1 IFDM - Emprego e Renda.....	46
3.9.2 IFDM – Educação.....	46
3.9.3 IFDM – Saúde.....	46
4 – Considerações Finais.....	49
REFERÊNCIAS.....	51

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um estudo para compreendermos o desenvolvimento ocorrido na cidade de Peixe do Estado do Tocantins e quais foram as influências para o município após a construção da Usina Hidrelétrica de Peixe; observando se entre os indicadores sociais e econômicos obtiveram uma relação dinâmica positiva pontuando para o bem-estar da população do referido município.

Peixe é um município brasileiro do Estado do Tocantins, que tem a sua fundação na data de 20 de Junho de 1985. Com uma população de 11.467 habitantes estimada em 2016 e uma área da unidade territorial de 5.291,208 km² apurado em 2015, e sua densidade demográfica 2010 de 1,96 (hab./km²) levantamentos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. (IBGE, 2106). As histórias de sua criação e seu povoado diversificado, interligado com sua cultura local, o município de Peixe possui atrações turísticas como: praia de Peixe; praia do amor; praia da Maranhense, praia dos lombos, praia do Pequi; Praia da Tartaruga; cachoeira do Tropeço e lagoa do Peixe; lago da usina hidrelétrica de Peixe Angical.

É exatamente neste último ponto turístico mencionado que será nosso objeto de estudo e fenômeno. Ou seja, analisar o desenvolvimento do município após a ocorrência da usina, pois o principal questionamento reside sobre fato de que depois de uma construção de grande escala, nesse caso o da usina, ocorrerá também grandes mudanças para a região, onde envolvem condições sociais e econômicas, havendo crescimento e qualidade no emprego e renda, saúde, educação, segurança e tudo aquilo que envolve sociedade e a economia.

Desta forma, a evolução do município de Peixe – TO permeiam vários aspectos de investimentos econômicos ao longo dos anos começando em 2002. Neste contexto e por analogia estes investimentos provocam efetivas transformações na sociedade a qual é influenciada por esta implantação.

Notadamente após a Revolução Industrial que se iniciou no século XVIII, o tema relacionado energia e desenvolvimento ganhou destaque na preocupação das empresas e governos. Diante dessa informação, fica clara a relevância de buscar

compreender se as construções de usinas hidrelétricas trazem pontos positivos em se tratando de desenvolvimento. Isso porque se formos observar uma construção de grande escala causa também uma grande transformação. Seja ela considerada positiva ou negativa. Ou seja, na realidade, todo fenômeno “tem uma dimensão de ocorrência, de observação e de análise mais apropriada” [...] (CASTRO, 1992, p.127). Considero importante a escolha de abordar tal assunto, para fornecer informações sobre o desenvolvimento de Peixe, a partir de ações que estimulem o mesmo, nesse caso, a instalação da Usina de Peixe Angical, onde se encontra numa distância de mais ou menos 320 km da capital de Palmas.

Estudar sobre ações que podem trazer bons resultados, como o crescimento e desenvolvimento de uma região nos faz ter maior concentração em saber de que forma eles acontecem através dos incentivos de infraestrutura, que podem se converter em progresso. Portanto é relevante a discussão sobre o impacto que tal empreendimento deu para o desenvolvimento do município. Portanto, indaga-se: “Após a instalação da Usina Hidrelétrica de Peixe Angical no município de Peixe-TO, ocorreu uma influência significativa desta nos indicadores socioeconômicos?”.

Logo, para responder tal questionamento temos os seguintes objetivos: geral e específicos.

1.1 OBJETIVOS

O ponto principal desta investigação é verificar como os parâmetros socioeconômicos do município, após a construção da Usina Hidrelétrica de Peixe Angical, comportaram-se de forma dinâmica no que concerne a renda, ao emprego, aos setores econômicos, bem como ao desenvolvimento do município.

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar o desenvolvimento da cidade de Peixe *ex-post* a 2006, ano esse em que se efetua a operação comercial integral da Usina Hidrelétrica de Peixe Angical.

1.1.2 Objetivos específicos

- Descrever um breve histórico da cidade de Peixe e de alguns de seus indicadores sociais e econômicos antes da construção da Usina

Hidrelétrica de Peixe Angical de modo a comparar e auxiliar o melhor entendimento do trabalho;

- Apresentar as teorias relevantes a cerca do desenvolvimento bem como dos indicadores socioeconômicos da FIRJAN, Empresômetro, Compara Brasil e do CAGED;
- Analisar os indicadores ex post a construção da Usina Hidrelétrica de Peixe Angical, e seus impactos no desenvolvimento na cidade de Peixe.

1.3 Procedimentos Metodológicos

Os dados encontrados nos indicadores como do IBGE, foram analisados comparativamente no período anterior ao ano de 2006, marco principal e ano em que a usina começou a funcionar, e após este.

Também se fez uso de fotografias e mapas históricos disponíveis no portal eletrônico da cidade de Peixe, bem como informações do livro que versam sobre a História e Geografia do Tocantins, tendo com um dos autores Junior Batista do Nascimento, nome notoriamente reconhecido por estudar exaustivamente o Tocantins.

Neste estudo é perceptível que houve desenvolvimento nos últimos anos. Portanto o objetivo a ser esclarecido é de que forma o desenvolvimento ocorreu, e se mesmo pode ser relacionado com a construção da usina; esclarecendo ainda se houve uma interação nos seguintes quesitos: renda e emprego com os setores econômicos e o desenvolvimento em si do município de Peixe.

Buscando uma maior familiaridade com o fenômeno do estudo, visto que este ainda é pouco conhecido, e não encontramos outros trabalhos acadêmicos que se relacionem diretamente com o seu desenvolvimento econômico, então o trabalho será desenvolvido através de três tipos de pesquisas: pesquisa explicativa e pesquisa exploratória, que neste último contém a pesquisa bibliográfica como um de seus recursos.

A pesquisa é a explicativa; pode ser entendida como uma forma de identificar as variáveis que influenciam o fato estudado. Segundo Gil 1991. A pesquisa explicativa procura entender os acontecimentos e explicar as observações feitas durante o estudo.

Pesquisa Explicativa: visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o “porquê” das coisas. Quando realizada nas ciências naturais, requer o uso do método experimental, e nas ciências sociais requer o uso do método observacional. Assume, em geral, a formas de Pesquisa Experimental e Pesquisa Expost facto. (GIL, 1991)

Outro método aqui exaustivamente explorado é a pesquisa descritiva que busca descrever o fato estudado através das variáveis encontradas, e desta forma realizar ligações no contexto estudado, com os fatos e desta forma analisar os resultados encontrados.

Segundo Gil a pesquisa descritiva busca:

[...] descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento. (Gil, 1991)

E por ser um assunto pouco debatido academicamente se faz necessário usar métodos da pesquisa exploratória, com vistas a familiarizar os pesquisadores com o assunto e os objetos de estudos. Portanto, a busca por informações sobre o objeto de estudo neste caso específico, usa por base a pesquisa bibliográfica, que tem como intuito buscar informações.

Segundo Gil (1991) “quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet”. Destarte, a pesquisa exploratória além das pesquisas bibliográficas busca contido analisar exemplos anteriores que versem sobre o assunto em estudo.

“Pesquisa Exploratória: visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão.” Gil (1991).

Desta forma, o plano de coleta de dados foi atribuído ao modelo documental, de tal forma que buscamos por arquivos históricos do município de Peixe, através de materiais impressos como livros, artigos e materiais eletrônicos relacionados ao tema e seus parâmetros; desde o seu início ate os dias atuais, até mesmo como forma de buscar comparar fatos antigos aos fatos recentes, utilizaremos dados estatísticos; e ainda banco de dados de instituições reconhecidas.

E para melhor sintetizar e analisar os dados estatísticos, foram utilizados gráficos e tabelas que facilitam a análise e o entendimento sobre os dados estudados.

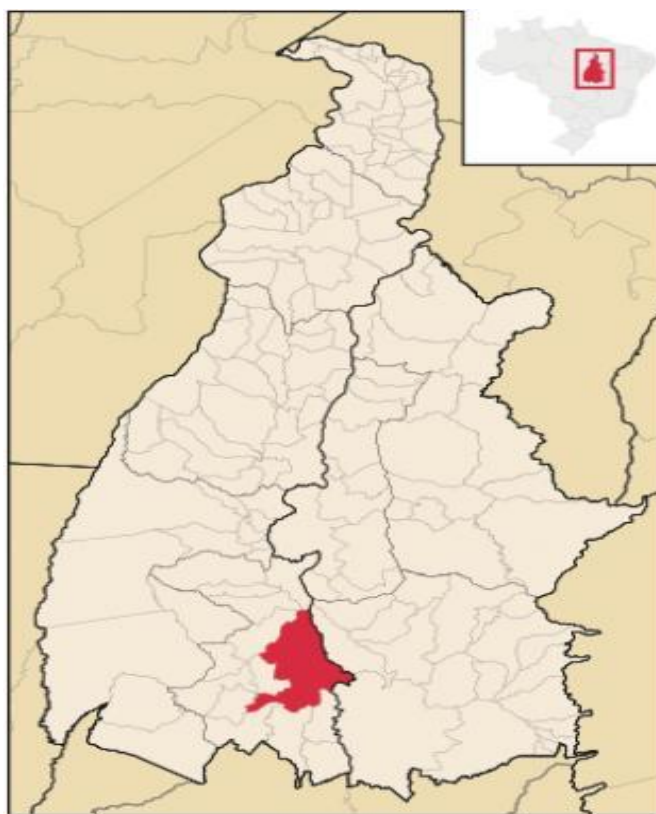
2 – REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 – Breve Histórico da Cidade de Peixe do Tocantins:

Peixe é um município brasileiro do Estado do Tocantins, que tem como microrregião o município de Gurupi-To. Sua população de 11.467 habitantes estimada em 2016 e uma área da unidade territorial de 5.291,208 km² apurado em 2015, e sua densidade demográfica 2010 de 1,96 (hab./km²) levantamentos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico-IBGE (IBGE, 2106).

A figura a seguir mostra como a cidade de Peixe está localizada no Tocantins:

FIGURA 1 – Localização de Peixe no Tocantins.



Fonte: Figura retirada do Site da Prefeitura – Gestão 2017 – História de Peixe. Acesso 18 de Agosto de 2017.

De acordo com Lucien Febvre (2014), em seu artigo Seguindo os Passos da História, ela menciona que a história pode ser uma ciência que estuda o homem e a sua ação em um determinado espaço e tempo, sob vários aspectos, onde os historiadores utilizam de várias fontes (escritos, gravações, achados arqueológicos), fontes ou “Vestígio que é a palavra atualmente preferida pelos historiadores que defendem que a fonte histórica é mais do que o documento oficial: que os mitos, a

fala, o cinema, a literatura, tudo isso, como produtos humanos, torna-se fonte para o conhecimento da história”. (SILVA; SILVA, 2009, p. 158).

Portanto é a partir das fontes históricas encontradas que citamos a origem e a evolução da história da cidade de Peixe localizada no Estado do Tocantins, onde no portal da Prefeitura de Peixe encontramos o seguinte começo:

“Na região onde hoje é Peixe existia apenas um porto local, onde um lavrador possuía uma roça e uma pequena embarcação. Esta era utilizada como meio de transporte pelos viajantes que vinham de Goiás com destino a Natividade, São José do Duro e Chapada dos Negros em busca das ricas jazidas de ouro. Porém, eram atacados com muita frequência pelos índios Canoeiros, que recebem este nome por serem exímios remadores”. (Portal Eletrônico Prefeitura de Peixe, 2016).

Porém além de serem bons remadores, esses índios não aceitavam convívio com civilizados.

Em uma versão mais completa trazida por HALUM (2008, p.253) do seu livro *Municípios Tocantinenses As origens*, Seus nomes ele conta a seguinte historia:

“O ciclo do ouro no Brasil deixou registros históricos nas cidades do sudeste do Tocantins. Para garantir a passagem no local denominado “porto do rio Tocantins”, de “emissários” provenientes de Vila Boa de Goiás (Goiás Velho) rumo a Natividade, local constantemente atacado por ferozes índios Ava – canoeiros, o governador da província tomou medida militar enviando o Alferes Alfredo Ramos Jubé, que ali acampou juntamente com vinte soldados para impedir tais ataques”. (HALUM 2008, p.253)

Por volta então dos anos 1776 e 1780, Alferes Ramos e Jubé com 20 praças, chegou ao lugar; e para evitar os ataques dos índios sanguinários, construiu a primeira moradia de telha, com a estrutura forte, erguida de adobe e aroeira. A partir da primeira construção realizada por Alferes Ramos Jubé, foi formando um povoado à beira do porto, pois ainda como cita HALUM “Seus companheiros também construíram suas casas e a primeira “casa de oração”, cujas ruínas estão próximas à atual praça Getulio Vargas. Naquela casa de oração foi introduzida a imagem de nossa senhora D’Abadia, padroeira da cidade”

É dessa forma que o autor conclui a história da cidade:

“[...] Posteriormente, Joaquim Tavares e Francisco da Silva Montes, que com suas famílias iniciaram a povoação do lugar, expulsaram os índios avá-canoeiros”. O lugar foi crescendo em população e a presença dos afro-descendentes na região deixou uma herança importante como o “trançado africano” e a habilidade na fabricação de peças artesanais, utilizando a fibra do buriti. [...] Em 20 de junho de 1985, pelos esforços de políticos [...] tornou-se município e foi instalado naquele mesmo ano. Com a redivisão

territorial datada de 31 de dezembro de 1936, o município de Peixe apareceu com o nome de Santa Terezinha. Finalmente, pelo Decreto-lei Estadual nº 557, de 30 de março de 1938, apareceu novamente com o nome atual”. [...] (HALUM, Cesar, 2008, p.254)

2.2. – Origem do Nome Peixe

Segundo HALUM (2008, p.253) menciona que “Uma grande cheia das águas do rio Tocantins atingiu uma grande lagoa, a dois quilômetros de do arraial de Santa Cruz das Itans”, esse é o nome que segundo ele em tempos remotos era conhecido.

E então com a baixa dessas águas da grande cheia que ocorreu no lugar “ficou preso na lagoa um peixe de tamanho nunca visto na região. Daí em diante, o arraial ficou conhecido pelo nome de Peixe, depois Vila do Santo Antonio do Peixe; só a partir de 1938 recebeu de forma definitiva a denominação de Peixe”. (Cesar Halum, 2008, p.253)

O portal da Prefeitura de Peixe (2017) em conheça Peixe, completa a história escrita pelo o autor HALUM.

“Uma caravana que vinha de Vila Boa de Goiás com destino a Natividade encontrou o dito peixe, depois deste ocorrido, os viajantes diziam, “vamos passar pelo rio onde foi encontrado o peixe”. Mas com o passar do tempo foram abreviando a frase até dizerem apenas: “passaremos em peixe”. E assim ficou batizado nosso município. Não só ele leva este nome, mas também o córrego pelo qual subiu o enorme peixe e a lagoa onde foi encontrado. Ambos ficaram conhecidos por córrego do peixinho e lagoa do peixe”. (HALUM, Cesar, 2008, p.253)

Hoje com mais de 120 anos é um dos principais pontos turísticos do Tocantins, conhecida por suas atrações turísticas: praia de Peixe; praia do amor; praia da Maranhense, praia dos lombos, praia do Pequi; Praia da Tartaruga; cachoeira do Tropeço e lagoa do Peixe; lago da usina hidrelétrica de Peixe Angical. Marcada por eventos culturais como Santos Reis (6/01), São Sebastião (20/01) aniversário do município (20/06); Nossa Senhora D’Abadia entre outros, registra HALUM.

2.3. – Exposições Escritas Sobre a Usina Hidrelétrica de Peixe Angical

A construção de uma usina hidrelétrica requer cuidados a serem observados e executados em seu planejamento; precisa-se de metas, cálculos e tudo que se

faça necessário para a sua melhor operação. Também é preciso pensar em fatores para a escolha do seu local de estruturação.

Pensando nisso Loise Kinyanjui (2013), Gerente de Desenvolvimento de Negócios, escreveu em uma coluna sobre: “Factors Affecting a Selection Site For a Hydroelectric Station”, que foi traduzido por Augusto Morgante (2014), “Fatores que influenciam a escolha de um local para usina hidrelétrica”.

Além, claro, de um potencial de água, cita que é importante pensar sobre a matéria-prima utilizada, sendo capazes de suportar a pressão da água; também sobre o curso do rio, podendo ser na garganta ou em um ponto onde o rio se estreia, facilitando a coleta da água e o percurso do rio; e a estrutura geológica, que seria a formação de estruturas rochosas para dar maior sustentação para a barragem.

Então com tal observação, cuidado e utilização desses fatores a Enerpeixe S.A, que é uma concessionária de serviços públicos de energia elétrica, que visa à exploração do potencial hidráulico no Rio Tocantins, escolheu para edificar uma usina hidrelétrica os municípios de Peixe e São Salvador do Tocantins, do Estado do Tocantins, em torno das coordenadas 12° 14’16,6” e 48° 23’ 08,4” W, cerca de 1 km a jusante da denominada Ilha da Paz (submersa). O local fica a 1.604 km da foz do Rio Tocantins, termo que significa nariz de tucano na língua tupi-guarani, dando o nome de UHE Peixe Angical. (Enerpeixe, 2016)

A empresa Enerpeixe, foi criada pelo Grupo Edp (que atua no Brasil desde 1996 e promove a geração, distribuição e comercialização de energia); com parceria da Furnas (que é uma empresa de economia mista, subsidiária da Eletrobrás e vinculada ao Ministério de Minas e Energia).

A usina teve a sua obra iniciada em 2002, ficou interrompida por cerca de um ano até ser retomada em outubro de 2003, e datando em 16 de Setembro de 2006 sua operação total.

A figura a seguir mostra a Usina Hidrelétrica de Peixe Angical em sua operação total (com o funcionamento de todas as turbinas):

FIGURA 2 – UHE de Peixe Angical em seu funcionamento total



Fonte: Foto Retirada do site da Prefeitura de Peixe – Gestão 2017 – Nossa Cidade, HISTÓRIA. Acesso 18/08/2017.

A UHE Peixe Angical possui três turbinas que totalizam uma potencia instalada de 452 Megawatts (MW) e uma energia anual assegurada de 2.374 GWh, que ainda segundo o Grupo Edp (2005) é suficiente para abastecer uma cidade com cerca de 4 milhões de habitantes, que daria um total de duas vezes cidade de Brasília. A energia que é gerada transfere-se para o sistema elétrico brasileiro por uma linha de transmissão de 500 Kv, através da subestação do município de Gurupi, localizado também no Estado do Tocantins. (Grupo Edp, 2005)

A criação de uma usina, em geral, trás inseguranças para a população que a rodeia. Isso talvez seja pela falta de informação, ou por terem exemplos de outras usinas que trouxeram problemas, ao invés de servirem como desenvolvimento. Seja qual foi o(s) motivo(s), uma das maiores preocupações a cerca da estruturação de uma usina é sobre os impactos ambientais (fauna e flora) e impactos sociais, como por exemplo; a relocação de moradores (Geo-Conceição 2012).

Tamanha foi à área utilizada para a construção da usina, que em 2005 o Grupo forneceu dados expondo que a obra até janeiro do mesmo ano foi mensurada com um valor de 565.132 m³ de concreto. Sabemos que a maior parte da energia elétrica produzida no Brasil vem de uma substancia química cujas moléculas são formadas por dois átomos um de hidrogênio e outro de oxigênio – a água.

Esse recurso movimenta as turbinas das usinas e geram eletricidade e ainda torna-se um meio mais limpo, se comparada com as outras formas de geração, e é eficiente para geração de energia (Portal Brasil, Meio Ambiente, 2010).

E é dessa forma que a UHE de Peixe Angical mostra em torno de toda sua exposição escrita, em todos os registros históricos sobre o seu planejamento e aplicação, além de demonstrar ser “ambientalmente sensata e segura de suas responsabilidades” relata o grupo EDP.

2.4. – Algumas Considerações Sobre o Desenvolvimento

Para analisar o desenvolvimento de uma região específica, é preciso ter em mente o conceito de tal. Dessa forma segundo Fisher e Nijkamp (2009) temos então que “O Desenvolvimento Regional é um processo dinâmico que proporciona e garante oportunidades iguais e bem-estar social e econômico às comunidades, em particular, às menos desenvolvidas” (PIRES 2015, p. 23).

Além do conceito é importante saber sobre a “[...] participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação, do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento” (OLIVEIRA E LIMA, 2003 p.31).

E sobre essa informação se faz complemento com o que diz Vasconcellos e Garcia (2008, p.255) de que “O desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)”. Portanto o desenvolvimento advém do crescimento econômico, que melhora os índices sociais e cria uma maior satisfação das necessidades humanas.

Compreendendo o conceito do desenvolvimento regional juntamente com a importância que a população local tem para a efetividade de tal processo, facilita também nosso entendimento a cerca da maneira como o desenvolvimento ocorre e em que fatores ele se atribui.

Uma coisa é certa para a introdução do desenvolvimento. É que após a Revolução Industrial, com seu início no século XVIII; a mesma tornou-se um divisor de águas na história e muitos aspectos da vida cotidiana acabaram sendo influenciados de alguma maneira por esse processo. No caso do desenvolvimento, influenciou de forma totalmente direta, já que houve um grande salto tecnológico nos

transportes e nas máquinas, fornecendo vários empregos e exigindo, nesse caso, até os dias de hoje, a qualificação; para garantir o manuseio correto das novas tecnologias aplicadas no processo de produção.

Nas palavras de Souza (1997, p. 45, citado por MARX George, CABREIRA Valéria, 2010) a Revolução Industrial “foi o resultado de uma série de inovações tecnológicas introduzidas na produção industrial, na agricultura e nos transportes, que reduziram sistematicamente os custos médios e aumentaram a oferta, tanto de consumo, como de bens de capital, expandindo o nível de emprego no meio urbano”. Com tal influência pode-se dizer que o ocorrido deu celeridade aos fatores do desenvolvimento.

Orson Camargo em “Desigualdade Social” diz que falar em desenvolvimento é também discorrer sobre a desigualdade, uma vez que desde o surgimento da civilização é possível perceber a má distribuição da qualidade de vida.

Enquanto em alguns lugares existe sucesso no resultado do desenvolvimento, outros vivem em estado precário. E que embora a pobreza possa afetar países ricos e pobres, a desigualdade social é um fenômeno que ocorre principalmente em países não desenvolvidos. Poderia abrir-se um leque de alternativas para explicar sobre o real motivo da desigualdade. Mas sabemos que ela trás formas distintas e se constituiu por elementos econômicos, culturais e políticos. A certeza existente é que não há excelência na distribuição de renda.

Portanto o desenvolvimento não é só falar em dinheiro, incrementam-se também sobre a evolução da humanidade, suas descobertas e pensamentos formados ao longo da história.

Segundo Carlos Antônio Brandão, em seu artigo publicado em 2004, hoje em dia para analisar um espaço urbano, em torno do seu desenvolvimento, busca-se olhar pelo lado do marketing, da gestão empreendedora; quais transformações ocorreram, em torno das indústrias, empresas, e grandes construções, olha-se pela competitividade; e tudo que possa se converter em renda.

A busca pelo urgente, pelo enfrentamento da crise, são causas que podem ter favorecido o rebaixamento teórico, das explicações a cerca das causas da desigualdade, existindo a busca por resultados mais práticos. E é nessa busca por resultados práticos que o poder público e/ou empresas privadas vão se esquecendo de que o território não é somente um pedaço de terra que existe no espaço, mas é

também formado por pessoas. É, portanto, uma “construção social conflituosa”, como o autor cita em seu artigo.

Ou seja, para realizar um evento, onde possivelmente ocorra uma transformação, tais poderes citados (público e privado), precisam compartilhar de interesses coletivos e não apenas individuais, a solução buscada deverá atingir todos os meios.

Qualquer que seja o desenvolvimento ocorrido, precisa acontecer de uma forma em que possua fatores positivos para todos. O sucesso tem que ser garantido a todos, seja produtivos, sociais, institucionais e políticos. E isso ocorrerá quando as decisões forem corretas e provocarem reações que gerem desenvolvimento integral.

Quando um agente está capacitado para prever e identificar ex ante as incompatibilidades entre planos concorrentes, e emprega formas de coação, pública ou privada, para tornar compatíveis ou concordantes os referidos planos, configura-se o caso de uma macrodecisão [...] A macrodecisão se funda em uma previsão global, isto é, numa avaliação antecipada do resultado final das cadeias de reações (FURTADO, 1983, p.91).

FURTADO (1983) resume de forma geral o que já foi dito sobre interesses conjuntural. E ainda completa que quando uma decisão precisa ser tomada a cerca de algo a ser feito, a compatibilidade precisa afetar a todos, e quando essa decisão é analisada sobre várias situações, ou seja, quando ela afeta e envolve vários setores da atividade humana, como político, social, econômico e etc., ela se torna uma macrodecisão.

O desenvolvimento é sem dúvida um ampliador de ideias, ligado a várias coisas. Não dá para menciona-lo, sem dimensiona-lo. Então, BRESSER- PEREIRA (2014) menciona o significado de desenvolvimento humano como “o avanço das sociedades modernas”, cuja origem é pós-industrial. Onde ele continua a dizer que, “essa sociedade moderna se caracteriza pelo avanço do conhecimento humano, onde possui uma maior disponibilidade de informação e também amplitude de tecnologia”. Além de dar significado ao desenvolvimento humano, o autor diz que tal desenvolvimento busca a direção de “cinco objetivos políticos autodefinidos”, e distingue “formas de desenvolvimento relativas a cada um desses objetivos”:

[...] desenvolvimento da segurança (maior paz entre as nações e menos crimes), desenvolvimento econômico (bem-estar), desenvolvimento político (maior igualdade política e maior participação do governo), desenvolvimento social (maior igualdade econômica), e desenvolvimento ambiental (maior proteção do meio ambiente). (BRESSER-PEREIRA, 2014, p.58)

Para uma região que busca crescimento torna-se impossível dizer qual tipo de desenvolvimento é mais importante. Pois toda sociedade na sua forma geral, busca por melhorias que afetem individualmente e também coletivamente.

Todos buscam por educação de qualidade; por uma segurança que de fato seja garantida; melhoria de renda; construção de empresas para geração de empregos.

E assim, com tantos problemas que afetam o meio ambiente atualmente (poluição, desmatamento, queimadas, aquecimento global) causando problemas na natureza, como as enchentes e também nos seres humanos, como o aumento nos problemas respiratórios; a sociedade vem mostrando ter uma maior preocupação também como o desenvolvimento ambiental.

Então podemos dizer que para haver progresso cada tipo de desenvolvimento dependem de si, sem menção de qual seja maior, ou melhor. Desenvolvimento é uma condição de evolução que sempre tem uma conotação positiva, já que se refere ao passo para estágios superiores, melhores.

O desenvolvimento quando se trata de um país ou uma cidade, pode adquirir características quantitativas como qualitativas, já que além de quantificar o quanto cresceu, também é significativo dizer de que forma mudaram, quais qualidades adquiriram, como por exemplo, a qualidade de vida das pessoas.

Para facilitar o entendimento a cerca do conceito de desenvolvimento, é possível interligar o termo com a escritura de uma redação. Para que um texto tenha sentido aprendemos a realiza-lo através de uma boa estrutura, onde essa deve ser organizada em três passos: a introdução (também chamada de início) onde o autor irá chamar atenção do leitor para o que vai ser dito adiante, o desenvolvimento (chamado de meio) esse dever ser explicativo, abordando informações importantes e ideias criativas, e por último a conclusão (chamado de fim), que é o fechamento claro e preciso e que muitas vezes apontam soluções. Então dessa forma o desenvolvimento de uma redação é a evolução de tudo que o autor teve a intenção de transmitir, onde possivelmente levantou problemas e soluções.

É ainda o corpo do trabalho, que tem por objetivo expor os resultados da pesquisa desenvolvida, conceito este que foi publicado pelo Colégio Municipal Rui Barbosa, Cabo Frio do Rio de Janeiro (2014) com o intuito de orientar os alunos a

realizar uma boa redação. Baseando nessa comparação, o desenvolvimento então, expõe resultados.

2.5. – Indicadores Socioeconômicos

Ora, se é importante saber sobre o conceito de desenvolvimento faz-se também necessário saber como ele ocorre, e como é medido. A medição é realizada por indicadores (instrumento projetado para fornecer informações), esses indicadores são divididos entre simples e compostos.

Segundo uma publicação feita por Contrastes Sociais e Econômicos (2008) os indicadores são definidos da seguinte forma:

Os indicadores simples permitem avaliar aspectos da realidade, como, aspectos socioculturais (taxa de analfabetismo; taxa de escolaridade feminina; consumo de jornais por habitante; número de médicos por 1000 habitantes; taxa de alfabetização de adultos), aspectos econômicos (PIB per capita; RN per capita; taxa de inflação; taxa de crescimento anual do PIB; repartição da população activa por sectores de actividade), aspectos políticos (reconhecimento dos direitos humanos; reconhecimento dos direitos da criança; existência/ não existência da pena de morte; grau de participação na vida política) e aspectos demográficos (taxa de crescimento anual da população; taxa de natalidade; taxa de mortalidade; esperança média de vida). Os indicadores compostos, que são constituídos pelos indicadores simples, permite-nos ter uma maior precisão da realidade. Falamos então do IDH (índice de desenvolvimento humano), composto pelos indicadores esperança de vida á nascença, taxa de alfabetização, taxa de escolaridade combinada, PIB per capita em dólares PPC paridade de poder de compra); IPH (índice de pobreza humana) que é calculado de forma diferente para os países desenvolvidos, IPH2 e para os países em desenvolvimento, IPH1. (Contrastes Sociais e Econômicos, 2008).

A abordagem a cerca dos indicadores é ampla, mas o que não nos falta são os meios de nos informar. Segundo Reis (1993), "Para que esta gestão [de informação] seja eficaz, é necessário que se estabeleçam um conjunto de políticas coerentes que possibilitem o fornecimento de informação relevante, com qualidade suficiente, precisa, transmitida para o local certo, no tempo correto, com um custo apropriado e facilidades de acesso por parte dos utilizadores autorizados". E ainda "a informação é um recurso importante e indispensável para apuração dos dados existentes nos indicadores".

Manter-se atualizado é também fundamental, já que não são poucos os índices existentes para nos dar suporte à tomada de decisões, seja pessoais ou coletivas.

Os índices mostram dados detalhados, tamanha é a importância desse tipo de análise, como por exemplo, a renda gerada e a qualidade de vida que a população vive atualmente. Existe uma grande equipe aos cuidados dessas apurações, como economistas, administradores, especialistas na área de economia e o governo também possuem departamentos voltados para este fim.

Os indicadores possibilitam que investidores e dirigentes possam tomar decisões corretas e solucionar problemas. Joaquim Lemos (2013) fala sobre os critérios para construção de uma usina hidrelétrica, onde com os dados levantados é possível analisar criteriosamente pontos fortes e fracos na gestão e estratégia da organização, corrigir falhas e traçar novos planos.

Somente por meio da análise dos índices econômicos é possível saber qual é a situação atual, microambiente ou macroambiente, e quais investimentos devem ser feitos e se há problemas, como devem ser resolvidos. Para a escolha da edificação de uma usina, é importante analisar os dados dos indicadores econômicos, sejam eles sobre a taxa de desemprego na região, para ter em mente o nível de empregados que poderá contratar permanente ou provisório; de analfabetismo, pois assim poderá ter uma base do nível de qualificação local para trabalhar na obra, tendo em vista que se forem buscar trabalhadores fora o custo provavelmente será maior; além dos aspectos demográficos e ambientais.

Esses instrumentos (indicadores) são importantes e estão ligados com o nosso cotidiano; e se há uma pequena mudança na economia de um país pode impactar drasticamente as finanças dos cidadãos e das empresas, onde os resultados serão mostrados por estes indicadores.

Um exemplo de mudança é um assunto que sempre está por cima da mídia, onde um comentarista de economia aparece em jornais explicando o porquê o índice de preços ao consumidor subiu ou desceu em relação ao mês anterior. Essa variação para o “aumento generalizado nos preços de bens e serviços, provocando perda do poder aquisitivo da moeda” é o processo de inflação, segundo Elmo Nélito Moreira, na sua página Economia e finanças, e ainda segundo ele, quando dar-se “O contrário de inflação, ou seja, a redução do nível de preços, chama-se deflação”.

Portanto esse é apenas um exemplo de que os indicadores podem influenciar o mercado e as pessoas de maneira positiva ou negativa.

2.6. – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal: IFDM

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é um indicador composto com objetivo de abordar com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde.

O portal eletrônico do Sistema FIRJAN nos fornece o seguinte conceito:

“O IFDM – Índice de Desenvolvimento Municipal – é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego e Renda, Educação e Saúde. Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde”. (Sistema FIRJAN, 2017)

De acordo ainda com o sistema FIRJAN a leitura do IFDM é simples:

“[...] o índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade”. (Sistema FIRJAN, 2017)

Levam ainda a cor azul escuro quando se tratar do alto desenvolvimento, o azul claro quando se tratar do desenvolvimento moderado, a cor amarela caso o resultado seja regular e na cor vermelha quando o desenvolvimento for Baixo, ou seja, o índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de desenvolvimento de cada localidade em quatro categorias:

- baixo (de 0 a 0,4),
- regular (0,4 a 0,6),
- moderado (de 0,6 a 0,8)
- e alto desenvolvimento (0,8 a 1).

Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade.

A metodologia desse indicador serve para definir corretamente, se o aprimoramento que ocorreu em determinado período em certo município ocorreu pelo fato de que outros municípios tiveram um regresso, podendo ocasionar um reflexo ao fazer um comparativo ou se a melhora fluiu de acordo com políticas específicas que estimulem o crescimento.

2.7. – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: IFGF

Segundo o portal do IFGF, esse indicador foi criado para “contribuir com uma gestão pública eficiente e democrática”. E ainda diz que o IFGF é uma:

“Uma ferramenta de controle social que tem como objetivo estimular a cultura da responsabilidade administrativa, possibilitando maior aprimoramento da gestão fiscal dos municípios, bem como o aperfeiçoamento das decisões dos gestores públicos quanto à alocação dos recursos”. (IFGF, 2017).

As informações coletas e publicas para construção do índice é de responsabilidade das prefeituras. Informações que são de declaração obrigatória e são disponibilizadas todo ano pela Secretaria do Tesouro Nacional.

A leitura do IFGF é:

“Composto por cinco indicadores – Receita Própria, Gastos com Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida –, o IFGF tem uma metodologia que permite tanto comparação relativa quanto absoluta, isto é, o índice não se restringe a uma fotografia anual, podendo ser comparado ao longo dos anos”(IFGF, 2017).

Portanto, a pontuação desse indicador varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, melhor a gestão fiscal do município no ano em observação.

Por fim, temos as classificações do IFGF:

- Conceito A (Gestão de Excelência): resultados superiores a 0,8 pontos;
- Conceito B (Boa Gestão): resultados compreendidos entre 0,6 e 0,8 pontos;
- Conceito C (Gestão em Dificuldade): resultados compreendidos entre 0,4 e 0,6 pontos;
- Conceito D (Gestão Crítica): resultados inferiores a 0,4 pontos.

2.8. – Empresômetro: Tudo sobre empresas

Em seu próprio portal eletrônico, a metodologia escrita a respeito do Empresômetro é a seguinte: “é uma ferramenta tecnológica idealizada pelo IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação. É um verdadeiro censo das empresas, entidades privadas e publicas em atividade no Brasil, portadoras do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)”.

Segundo o site os dados utilizados no Empresômetro consistem em informações fornecidas pela Receita Federal do Brasil – RFB, secretarias estaduais

da fazenda, secretarias municipais de finanças, agências reguladoras, cartórios de registro de títulos e documentos, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Caixa Econômica Federal, juntas comerciais, portais de transparência e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As informações sobre a metodologia foram retiradas do site do Empresômetro, desenvolvido pelo IBPT (2016), onde é dito o seguinte:

“Para mostrar os valores em tempo real no contador, as informações no site são projetadas mediante cálculos matemáticos, com base no crescimento médio do mesmo período nos três anos imediatamente anteriores e considerando fatores sazonais que interfiram nas estatísticas apresentadas. Para facilitar as pesquisas dos usuários do sistema, as informações podem ser consultadas via parâmetros, como o número de empreendimentos ativos por setor de atuação, por localização geográfica (cidade), CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), natureza jurídica, idade, entre outros”. (site Empresômetro - desenvolvido pelo IBPT 2016)

Com esse instrumento, portanto, é possível medir as empresas ativas por cidade, onde são distribuídas por setores como: serviços, comércio indústria, agronegócio, financeiro e serviços públicos.

É possível também através de um filtro disponível no site para descobrir outras estatísticas.

Selecionando o Estado desejado para a consulta, e escolhendo por empresas, matrizes ou filiais, dá para saber o desenvolvimento destes por Cidade, Atividade Econômica e Natureza Jurídica.

2.9. – CAGED: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

O CAGED se refere ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. No portal do Ministério do Trabalho (Setembro 2015) encontra-se a seguinte informação:

“O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) foi criado como registro permanente de admissões e dispensa de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). É utilizado pelo Programa de Seguro-Desemprego, para conferir os dados referentes aos vínculos trabalhistas, além de outros programas sociais. Este Cadastro serve, ainda, como base para a elaboração de estudos, pesquisas, projetos e programas ligados ao mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que subsidia a tomada de decisões para ações governamentais”. (Portal do Ministério do Trabalho (2015) Fonte: <http://trabalho.gov.br/trabalhador-caged> acesso em 23 jan. de 2017)

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, instituído pela Lei nº 4.923, em 23 de dezembro de 1965, é uma fonte de informação de âmbito nacional e é modificado mensalmente. Foi constituído como um instrumento que possa acompanhar e também fiscalizar o processo de admissão e dispensa de trabalhadores regidos pela CLT, com o objetivo de acompanhar os desempregados e também de apoiar medidas contra o desemprego. Para tornar o entendimento ainda mais abrangente sobre o objetivo do CAGED, o IBGE (2017), nos trás uma abrangência de informações a respeito do seu objetivo, onde diz que o CAGED é um instrumento de:

[...] “acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela CLT, com o objetivo de assistir os desempregados e de apoiar medidas contra o desemprego. A partir de 1986, passou a ser utilizado como suporte ao pagamento do seguro-desemprego e, mais recentemente, tornou-se, também, um relevante instrumento à reciclagem profissional e à recolocação do trabalhador no mercado de trabalho”. (Site IBGE, 2017)

Atualmente, os principais objetivos do CAGED, destacados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística são:

- Acompanhar e fiscalizar o processo de admissão e dispensa do empregado;
- Estabelecer medidas contra o desemprego e dar assistência aos desempregados;
- Subsidiar a fiscalização do trabalho;
- Viabilizar o Pagamento do Seguro-Desemprego;
- Atender à Reciclagem Profissional e a recolocação no mercado de trabalho (Intermediação);
- Compor o CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais;
- Gerar Estatísticas conjunturais sobre o mercado de trabalho celetista.

2.10. – Compara Brasil: Finanças dos Municípios

O indicador Compara Brasil – Finanças dos Municípios, mostra dados anuais das receitas e despesas de cada cidade do Brasil.

Para tornar a pesquisa possível é preciso selecionar o município, quais itens que se deseja visualizar, atribuído ao modelo da planilha, que seria: despesa por categoria econômica, despesa por função, principais receitas, receitas e despesas e tributos.

Após escolher qual comportamento que deseja consultar é preciso que; se escolha o período, onde atualmente só se encontra disponíveis a partir do ano de 2002 até o ano de 2016.

Finalizando a busca ainda pode selecionar o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) ou a preço correntes. O indicador do Compara Brasil permite que se possa comparar qualquer grupo de cidades e montar rankings entre as cidades, e ainda construir mapas fiscais e fazer gráficos, tudo em plataforma online.

3 – Análise e Discussões dos Resultados

3.1. – Índice FIRJAN Gestão Fiscal: Receita Própria

A metodologia IFGF (2016) nos diz que:

“Ser capaz de gerar um alto nível de receita própria é, pois, uma característica vital para um município que quer colocar em prática projetos de longo prazo sem se preocupar com eventuais choques negativos em suas fontes de financiamento – situações onde o investimento é o primeiro alvo dos cortes orçamentários”.

Nesse contexto, o indicador de Receita Própria, indicado pela Tabela A e o Gráfico A, tem o objetivo de verificar o grau de autonomia das receitas do município de Peixe do ano de 2006 até o ano de 2015:

TABELA A – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) Receita Própria 2006 – 2015

Município	Peixe
IFGF Receita Própria 2006	0,622
IFGF Receita Própria 2007	0,593
IFGF Receita Própria 2008	0,327
IFGF Receita Própria 2009	0,198
IFGF Receita Própria 2010	0,231
IFGF Receita Própria 2011	0,252
IFGF Receita Própria 2012	0,161
IFGF Receita Própria 2013	0,141
IFGF Receita Própria 2014	0,237
IFGF Receita Própria 2015	0,113

Fonte: Elaboração própria com dados da FIRJAN, 2017.

A sujeição de transferências intergovernamentais engessa o orçamento dos municípios, porque na maioria das vezes “é pautada por incertezas e está sujeita à programação das administrações superiores”, metodologia IFGF (2016).

Então, o indicador da Receita Própria tem o objetivo de analisar o grau de autonomia, e quanto mais próxima de 1,00 for a Receita Própria, menor é a dependência do município de transferências constitucionais e voluntárias de outros entes.

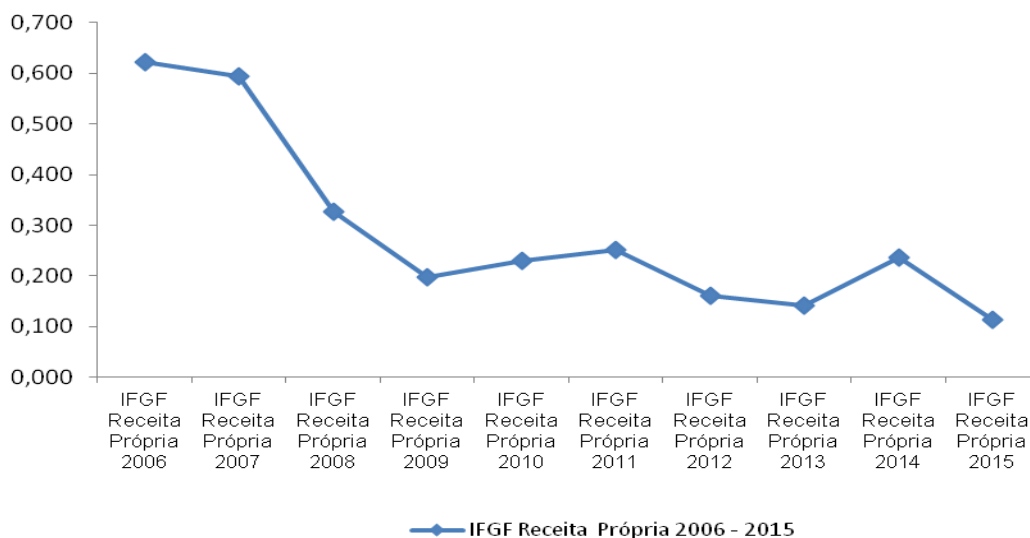


GRÁFICO A: Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) Receita Própria 2006 – 2015

Fonte: Elaboração própria com dados da FIRJAN, 2017.

Em 2006 marcou para Peixe, o ano em que a usina completou sua entrada em operação comercial. Dessa forma, nesse mesmo ano, a cidade de Peixe, alcançou a pontuação de 0,622, se enquadrando no conceito moderado.

A gestão atual do ano de 2006 usufrui do funcionamento da usina, e das atividades econômicas que começaram a se desenvolver no município resultante da instalação da UHE de Peixe Angical. Serviços como: Comércio, Indústrias de Transformação, Alojamento e Alimentação e Construção, dados do Empresômetro (2017), que foram importantes para que o município efetivasse um bom somatório das principais fontes da receita própria, e trazendo um resultado onde a prefeitura fosse menos dependente das transferências intergovernamentais.

Porém para os anos seguintes a Prefeitura não obteve o mesmo resultado que o ano de 2006, mostrando instabilidade e dependência das transferências constitucionais e voluntárias de outros entes. Diminuindo gradativamente sua autonomia, até alcançar o menor índice de 0,113 em 2015.

Mendes (1998) elenca quatro principais problemas para o baixo volume de receitas próprias dentro do orçamento do município:

- As diferenças entre o tamanho da economia local e o volume de recursos recebidos desestimulam o uso eficiente da capacidade tributária dos municípios;
- Incentivos à despreocupação com a minimização de custos operacionais;

- Eleva a receita governamental sem retirar da renda do contribuinte local, o que faz crescer o poder de barganha do governante;
- As oscilações do total repassado pelas demais esferas de governo dificultam a programação das políticas públicas.

3.2. – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: Geral

A Tabela B e o Gráfico B a seguir apresentará o Índice FIRJAN Geral de Gestão Fiscal total dos anos de 2006 a 2015.

TABELA B - Índice FIRJAN de Gestão Fiscal Geral (IFGF – Geral) 2006 – 2015

Município	Peixe
IFGF 2006	0,445
IFGF 2007	0,487
IFGF 2008	0,299
IFGF 2009	0,384
IFGF 2010	0,563
IFGF 2011	0,524
IFGF 2012	0,513
IFGF 2013	0,430
IFGF 2014	0,429
IFGF 2015	0,404

Fonte: Elaboração própria com dados da FIRJAN, 2017.

Os destaques da Tabela B concentram-se nos anos de 2008 – com 0,299 pontos e no ano de 2009 – com 0,384 pontos, isso porque dos anos ilustrados foram os dois únicos que receberam o conceito baixo (inferiores a 0,4 pontos) do Índice Firjan. Já os demais anos se enquadram no índice regular (entre 0,4 e 0,6 pontos). Para o TCU (2017), na Gestão Fiscal:

“A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com o propósito de assegurar a consecução das metas fiscais e a transparência dos gastos públicos, pressuposto da "gestão fiscal responsável"

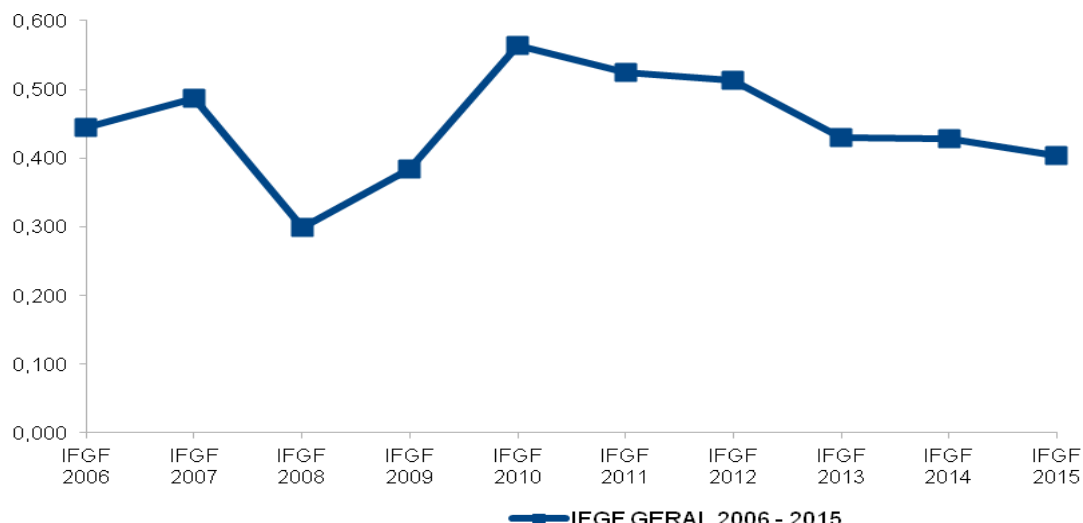


GRÁFICO B – Evolução do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal Geral 2006 – 2015

Fonte: Elaboração própria com dados da FIRJAN, 2017.

Portanto, ao analisar o Gráfico “B”, percebemos que o gráfico dá uma caída, tornando-se inconstante e que busca um mesmo nivelamento do ano de 2013 em diante, mas em sua maioria, recebe o conceito regular (0,4 a 0,6).

A gestão de Peixe precisa ter maior aprimoramento da gestão fiscal do município, como o controle dos limites de gastos e a transparência dos mesmos. Visto que a pontuação dada pelo IFGF, atribui para Peixe um conceito regular e está mais próximo de alcançar um desenvolvimento baixo em sua gestão fiscal.

3.3. – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Liquidez

A liquidez é a facilidade com a qual um ativo pode ser convertido em caixa, ou seja, em dinheiro.

A rubrica restos a pagar, na sua origem, destinava-se a compatibilizar o término do exercício financeiro com a continuidade da administração pública, uma vez que é natural que algumas despesas que pertencem a um exercício sejam postergadas para o próximo, Metodologia IFGF (2016).

Para acabar com essa prática a Lei de Responsabilidade Fiscal, estabeleceu que, em ultimo ano de mandato, a gestão municipal possua recursos financeiros suficientes para fazer frente às despesas que foram postergadas para o ano seguinte:

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal em seu Art. 42:

“E vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito”. (LRF, art. 42º)

Com isso, a leitura dos resultados demonstrados na Tabela C e no Gráfico C, tem o objetivo de mostrar que “quanto mais próximo de 1,00, menos o município esta postergando pagamentos para o exercício seguinte sem a devida cobertura”, Metodologia IFGF (2016).

TABELA C - Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: Liquidez 2006 – 2015

Município	Peixe
IFGF Liquidez 2006	0,0000
IFGF Liquidez 2007	0,5352
IFGF Liquidez 2008	0,0000
IFGF Liquidez 2009	0,0000
IFGF Liquidez 2010	0,4937
IFGF Liquidez 2011	0,4522
IFGF Liquidez 2012	0,4571
IFGF Liquidez 2013	0,4108
IFGF Liquidez 2014	0,4040
IFGF Liquidez 2015	0,4303

Fonte: Elaboração própria com dados da FIRJAN, 2017.

Analisando a Tabela C, damos destaque a liquidez do Município de Peixe dos anos 2006, 2008 e 2009, que atingiu a pontuação zero, pontuação baixíssima para o indicador, que é considerado um desenvolvimento baixo. Isso porque segundo o IFGF em seu cálculo, o município inscreveu nesses anos mais restos a pagar do que recursos em Caixa.

Em 2007 a liquidez chegou no nível regular. No entanto somente a partir do ano de 2010 que a liquidez da cidade conseguiu chegar numa estabilidade, retornando e permanecendo ao conceito regular (entre 0,4 e 0,6 pontos).

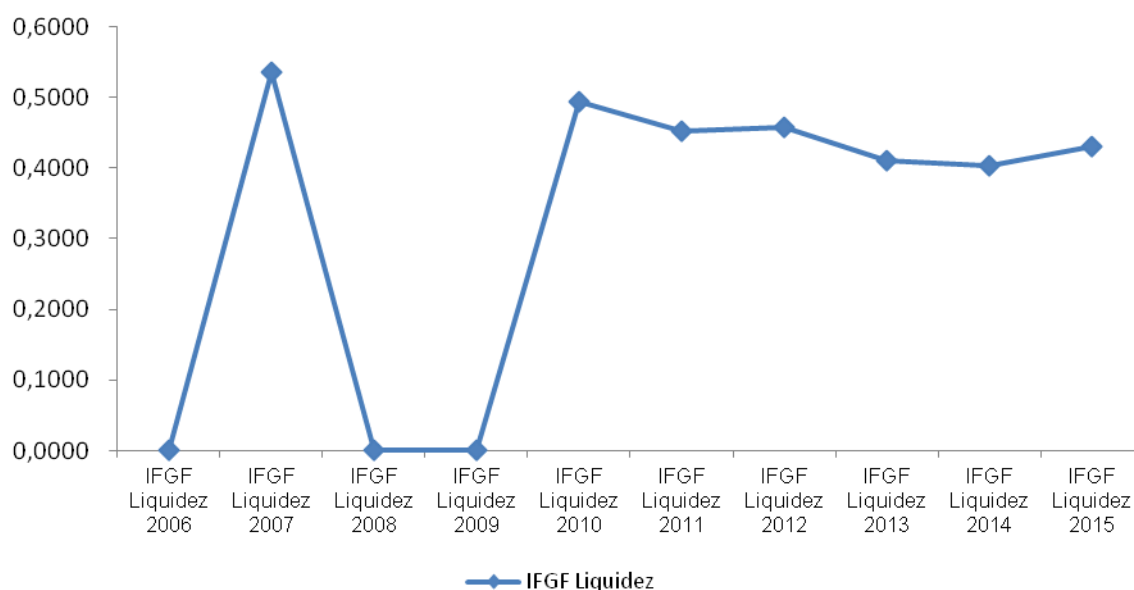


GRÁFICO C – Evolução do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: Liquidez 2006 – 2015

Fonte: Elaboração própria com dados da FIRJAN, 2017.

A gestão municipal do município postergou pagamentos para o exercício seguinte sem a devida cobertura, alcança o conceito regular, que embora mostre no Gráfico C estar constante em seus resultados, deve essa se aperfeiçoar para alcançar indicadores excelentes e/ou bons.

3.4. – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Gastos com Pessoal

Conforme a visão contábil, a despesa com pessoal refere-se a todo e qualquer recurso consumido ou aplicado pela entidade na remuneração direta ou indireta de seus funcionários. “A despesa com pessoal é o principal item da despesa do setor público – para os municípios, representam a metade da receita corrente líquida, em média”, Metodologia IFGF (2016).

Na Tabela D e no Gráfico D, o IFGF Gastos com Pessoal busca avaliar o comprometimento das receitas com as despesas de pessoal, do ano de 2006 ao ano de 2015:

TABELA D - Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Gastos com Pessoal 2006 – 2015

Município	Peixe
IFGF Gastos com Pessoal 2006	0,7822
IFGF Gastos com Pessoal 2007	0,5374
IFGF Gastos com Pessoal 2008	0,5089
IFGF Gastos com Pessoal 2009	0,8763
IFGF Gastos com Pessoal 2010	0,9031
IFGF Gastos com Pessoal 2011	0,8876
IFGF Gastos com Pessoal 2012	0,8524
IFGF Gastos com Pessoal 2013	0,6684
IFGF Gastos com Pessoal 2014	0,6470
IFGF Gastos com Pessoal 2015	0,6997

Fonte: Elaboração própria com dados da FIRJAN, 2017.

Realizando uma simples análise na Tabela D é perceptível que para Gastos com Pessoal, a gestão de Peixe alcançou categorias moderadas e de alto desenvolvimento, com excessão dos anos de 2007 e 2008.

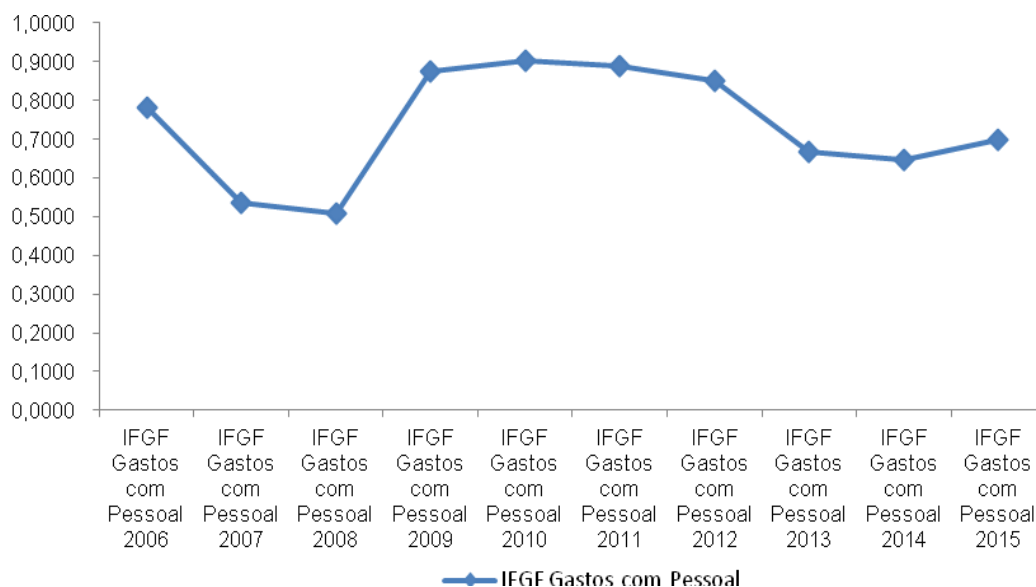


GRÁFICO D – Evolução do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: Gastos com Pessoal 2006 – 2015

Fonte: Elaboração própria com dados da FIRJAN, 2017.

O Índice FIRJAN de Gestão Fiscal com Pessoal no ano de 2006 atingiu 0,7822 enquadrando-se como desenvolvimento moderado, que são os resultados compreendidos entre 0,6 e 0,8 pontos. No entanto para os anos de 2007 e 2008 o resultado caiu para o Conceito C, resultados que são compreendidos entre 0,4 e 0,6 pontos, e que para o IFGF é apontado como uma gestão em dificuldade ou regular.

O ano de 2009 até o ano de 2012 destacaram-se no Conceito A, classificado como alto desenvolvimento, que são os resultados superiores a 0,8 pontos. Logo após, os gastos com pessoal do município para o ano de 2013 ate o ano 2015 retomaram-se para o conceito B.

A Metodologia IFGF (2016) descreve que:

“Com o objetivo de evitar a rigidez orçamentária e garantir espaço para alocação de outras despesas, em 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) limitou os gastos com pessoal em até 60% da RCL. Além disso, o artigo 22 dessa mesma legislação criou um limite prudencial, definido como 95% do teto (ou 57% da RCL), acima do qual ficam vedadas criações de cargos, empregos ou funções, além de outras restrições.” (Metodologia IFGF,2016)

Então a partir de 2009 até os anos atuais da Tabela D e Grafico D, o IFGF Gastos com pessoal, enquadra o município entre os conceitos A e B, conclui-se que foi menor o comprometimento do orçamento com a folha de salários do

funcionalismo municipal, e conseqüentemente, “maior o espaço de manobra para a prefeitura executar as políticas públicas”, IFGF (2016).

3.5. – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Investimentos

São os investimentos de um local, tais como construção e bom funcionamento de escolas e hospitais, saneamento, iluminação pública, entre outros, que vão estimular as atividades econômicas locais e o bem-estar da população.

Com isso, esse indicador mede a parcela dos investimentos nos orçamentos municipal do ano de 2006 ao ano de 2015.

TABELA E - Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Investimentos 2006 – 2015

Município	Peixe
IFGF Investimentos 2006	0,1278
IFGF Investimentos 2007	0,0526
IFGF Investimentos 2008	0,0505
IFGF Investimentos 2009	0,2568
IFGF Investimentos 2010	0,4883
IFGF Investimentos 2011	0,4101
IFGF Investimentos 2012	0,4740
IFGF Investimentos 2013	0,3638
IFGF Investimentos 2014	0,2823
IFGF Investimentos 2015	0,2175

Fonte: Elaboração própria com dados da FIRJAN, 2017.

O IFGF Investimentos, fez com que o mesmo so recebesse dois dos tipos de conceitos da Firjan, o conceito C (entre 0,4 e 0,6 pontos) e o conceito D (inferiores a 0,4 pontos).

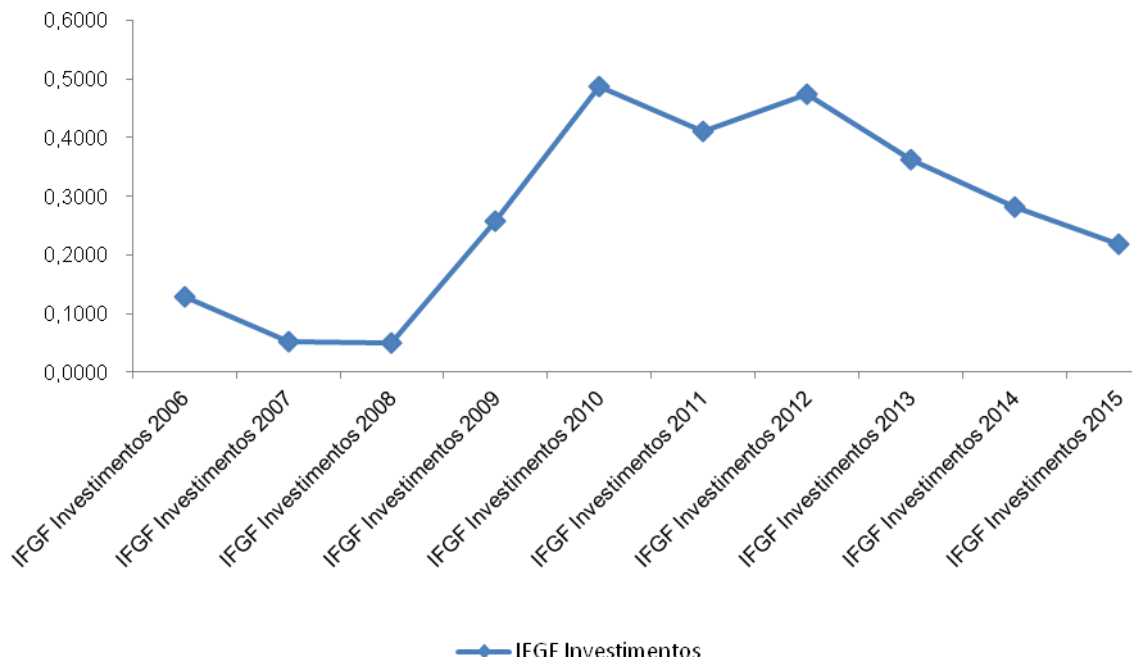


GRÁFICO E - Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Investimentos 2006 – 2015

Fonte: Elaboração própria com dados da FIRJAN, 2017.

Dessa forma temos:

- Conceito C para os anos: 2010 (0.4883); 2011 (0.4101); 2012 (0.4740).
- Conceito D para os anos: 2006 (0.1278); 2007 (0.0526); 2008 (0.0505); 2009 (0.2568); 2013 (0.3638); 2014 (0.2823); 2015 (0.2175).

A evolução anual subiu entre os anos 2010, 2011 e 2012, regressando novamente nos anos seguintes.

“Estabeleceu-se uma nota de corte para este indicador: para os municípios que investiram mais de 20% da sua RCL foi atribuída nota 1,00. Na leitura dos resultados, quanto mais próximo de 1,00 mais investimentos foram realizados pelas prefeituras”, (Metodologia IFGF, 2016).

Nesse caso, a gestão municipal não se preocupou muito em seus investimentos. E que mesmo com o crescimento da atividade econômica como: Comércio, Indústrias de Transformação, Alojamento e Alimentação e Construção, dados do Empresômetro (2017), realizados pela gestão privada, após o funcionamento da UHE de Peixe Angical, o município de Peixe não soube aproveitar do mesmo ritmo para efetuar os seus investimentos públicos de tal forma que alcançasse melhores índices.

3.6. – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Custo da Dívida

O Custo da Dívida avalia o “comprometimento do orçamento com o pagamento de juros e amortizações (extinção de uma dívida) de empréstimos contraídos em exercícios anteriores”.

O IFGF Custo da Dívida avalia o peso dos encargos da dívida em relação às receitas líquidas reais em consonância com o limite estabelecido pela resolução nº 43 do Senado Federal, Metodologia IFGF (2016).

TABELA F – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: Custo da Dívida 2006 – 2015

Município	Peixe
IFGF Custo da Dívida 2006	1,0000
IFGF Custo da Dívida 2007	1,0000
IFGF Custo da Dívida 2008	1,0000
IFGF Custo da Dívida 2009	0,8442
IFGF Custo da Dívida 2010	0,8727
IFGF Custo da Dívida 2011	0,7342
IFGF Custo da Dívida 2012	0,7571
IFGF Custo da Dívida 2013	0,7363
IFGF Custo da Dívida 2014	0,7553
IFGF Custo da Dívida 2015	0,7545

Fonte: Elaboração própria com dados da FIRJAN, 2017.

O Custo da Dívida apurados e demonstrados na Tabela F para os anos 2006 até o ano 2015, alcançaram os dois melhores conceitos do IFGF. Ou seja, o município de Peixe alcançou o Conceito A (Gestão de Excelência) e o Conceito B (Boa Gestão).

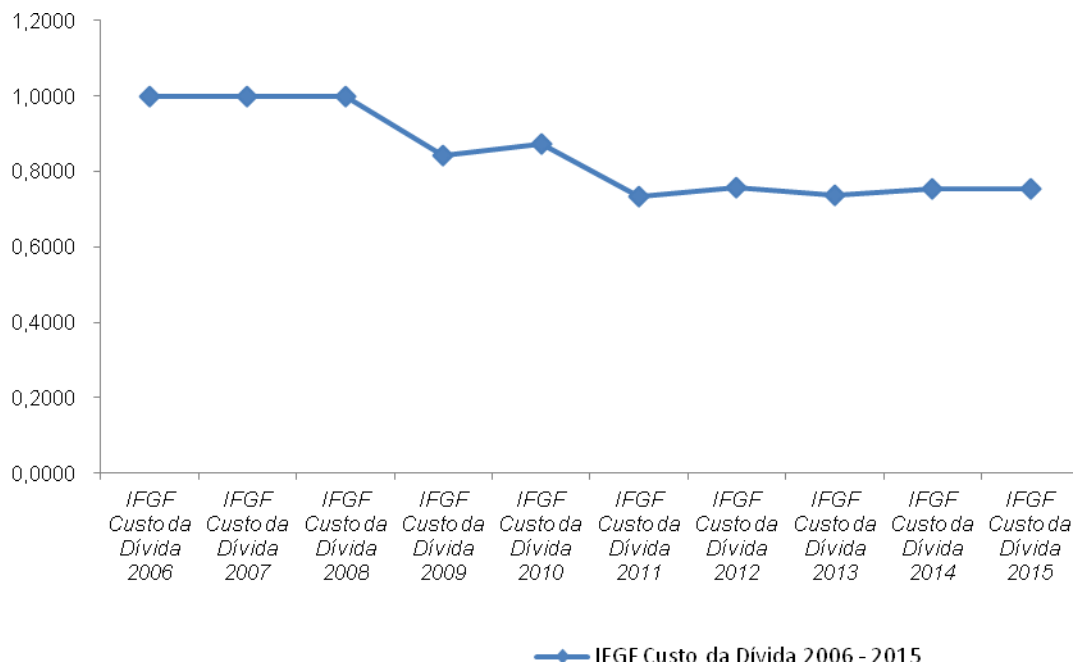


GRÁFICO F - Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Custo da Dívida 2006 – 2015

Fonte: Elaboração própria com dados da FIRJAN, 2017.

Sendo assim temos, com maior clareza, os dados demonstrados no Gráfico F :

- 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 (Conceito A: superiores a 0,8 pontos).
- 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 (Conceito B: entre 0,6 e 0,8 pontos).

Tomando destaque os anos 2006, 2007 e 2008 por alcançarem a pontuação máxima do conceito A, que é igual a 1,00 pontos, que para o IFGF Custo da Dívida, quanto mais próximo de 1,00, menor o comprometimento dos recursos da prefeitura com juros e amortizações, referentes a empréstimos contraídos em anos anteriores.

Porém para os anos de 2011 adiante houve uma pequena queda nesse comprometimento, notadamente relacionadas aos restos a pagar, mencionado na Tabela e Gráfico C, IFGF Liquidez.

3.7. – Despesas Correntes e Despesas de Capital

A Tabela G mostra as despesas correntes e despesas de capital da cidade de Peixe, do ano de 2002 até o ano de 2015. As despesas correntes são as despesas de custeio de manutenção das atividades dos órgãos da administração pública. “Estão nesta categoria às despesas que não concorrem para ampliação dos serviços prestados pelo órgão, nem para a expansão das suas atividades” (SOF, 2017). E as despesas de capital são as “despesas relacionadas com aquisição de máquinas equipamentos, realização de obras, aquisição de participações acionárias de empresas, aquisição de imóveis, concessão de empréstimos para investimento” (SOF, 2017).

TABELA G - Despesas correntes e de capital da cidade de Peixe. 2002 à 2015.

	Despesas Correntes	Despesas de Capital
2002	6.404.570,88	1.227.011,01
2003	7.260.211,46	558.275,50
2004	9.947.700,02	1.095.140,40
2005	11.558.076,29	895.551,58
2006	12.133.813,82	298.138,56
2007	13.426.391,91	121.281,71
2008	15.075.476,72	144.832,37
2009	18.745.126,32	1.052.276,86
2010	21.906.093,09	2.732.458,24
2011	25.433.315,53	3.037.222,96
2012	26.562.595,12	3.455.922,79
2013	30.419.494,28	3.051.200,42
2014	30.831.958,22	2.718.360,84
2015	32.602.879,25	2.298.645,03

Fonte: Elaboração própria com dados do Compara Brasil, 2017.

As despesas correntes em 2002, primeiro ano analisado, somaram uma quantia de R\$ 6.404.570,88, já no ano de 2015 totalizaram 32.602.879,25 de reais.

Os valores das despesas aumentaram porque como foi mencionado no IFGF Custo da Dívida, foi menor o comprometimento dos recursos da prefeitura com juros e amortizações, e que no IFGF Liquidez comprova através dos resultados que o município esta postergando pagamentos para o exercício seguinte sem a devida cobertura.

3.8. – Produto Interno Bruto (PIB) por Setores

A tabela H e gráfico H mostra a participação dos Setores no PIB do Município de Peixe, dos anos de 1999 até o ano de 2009.

TABELA H - Produto Interno Bruto do Município de Peixe por Setores (1999-2009)

	Agro	Ind	Serv	APU	Impostos	PIB
1999	13.511,11	64	8.904,12	4841,172	589,112	23.068,20
2000	11.874,58	787,184	10.532,53	5884,934	650,639	23.844,93
2001	15.085,02	2.139,30	11.605,83	6517,839	931,786	29.761,94
2002	14.602,73	18.976,45	16.557,83	9448,565	4.925,63	55.062,63
2003	24.025,61	66.959,17	20.270,69	9808,038	3.818,54	115.074,01
2004	27.244,91	172.307,31	28.618,21	10822,539	5.245,09	233.415,51
2005	28.192,71	230.695,04	33.572,38	13077,161	8.542,40	301.002,53
2006	28.488,54	169.368,22	33.079,84	16012,003	5.854,01	236.790,60
2007	29.866,75	202.402,27	32.356,04	20031,9	4.65 5,33	269.280,38
2008	46.153,44	189.025,63	36.538,99	23906,908	4.375,80	276.093,85
2009	51.202,76	183.555,69	39.902,69	24870,206	3.725,14	278.386,28

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, 2017.

A apuração da Tabela H mostra que o setor que mais cresceu nos anos de 1999 a 2009 foi o de indústrias.

Em 1999 até o ano de 2001, o crescimento das indústrias demonstrado, foi baixíssimo, chegando em 2001 com 2.139,30. Mas já em 2002 exatamente no ano em que a Usina de Peixe começa a ser construída esse dado saltou para 18.976,45.

E assim que a UHE de Peixe Angical efetiva sua operação integral em 2006, as indústrias chegam a um total de 169.368,22.

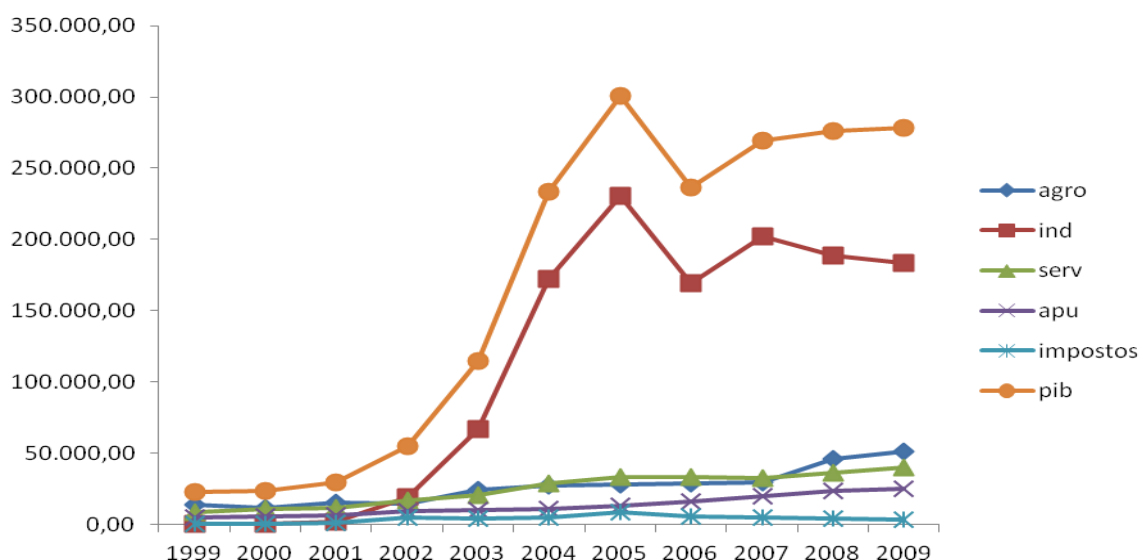


GRÁFICO H - Produto Interno Bruto do Município de Peixe por Setores (1999-2009)

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, 2017.

A análise feita pelo baixo rendimento dos impostos na Tabela H e Gráfico H, confirma o que já foi mencionado na apuração dos resultados do IFGF Receita Própria, onde foi demonstrado que o município depende mais das transferências intergovernamentais, o que não gera um alto nível de receita própria, movimentada pela arrecadação de impostos.

E para os outros setores (agro, serv, apu), houve também um pequeno crescimento ao longo dos anos. O Produto Interno Bruto – PIB é uma ferramenta fundamental para avaliar o crescimento econômico, e este bem representado na Tabela H e Gráfico H, onde mesmo com uma caída no índice em 2006, a cidade de Peixe conseguiu manter o progresso do seu PIB de forma contínua.

3.9. – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM): Consolidado

A Tabela I e o Gráfico I a seguir mostrará o IFDM – Consolidado de um município, onde busca unificar em apenas um número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes.

TABELA I - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) - Consolidado - 2005 a 2013

	IFDM	Educação	Saúde	Emprego e Renda
2005	0.5525	0.5404	0.4403	0.6767
2006	0.3884	0.5207	0.4578	0.1867
2007	0.4608	0.5713	0.4973	0.3138
2008	0.5034	0.6315	0.5867	0.2920
2009	0.5694	0.6473	0.5973	0.4637
2010	0.5467	0.6272	0.5907	0.4223
2011	0.5297	0.6543	0.5672	0.3675
2012	0.5823	0.6864	0.5705	0.4901
2013	0.6211	0.7101	0.6866	0.4665

Fonte: Elaboração própria com dados do IFDM, 2017.

O resumo feito pela Metodologia IFDM (2015), facilita o entendimento a cerca das variáveis componentes do IFDM – Por área de Desenvolvimento:

3.9.1 IFDM - Emprego e Renda:

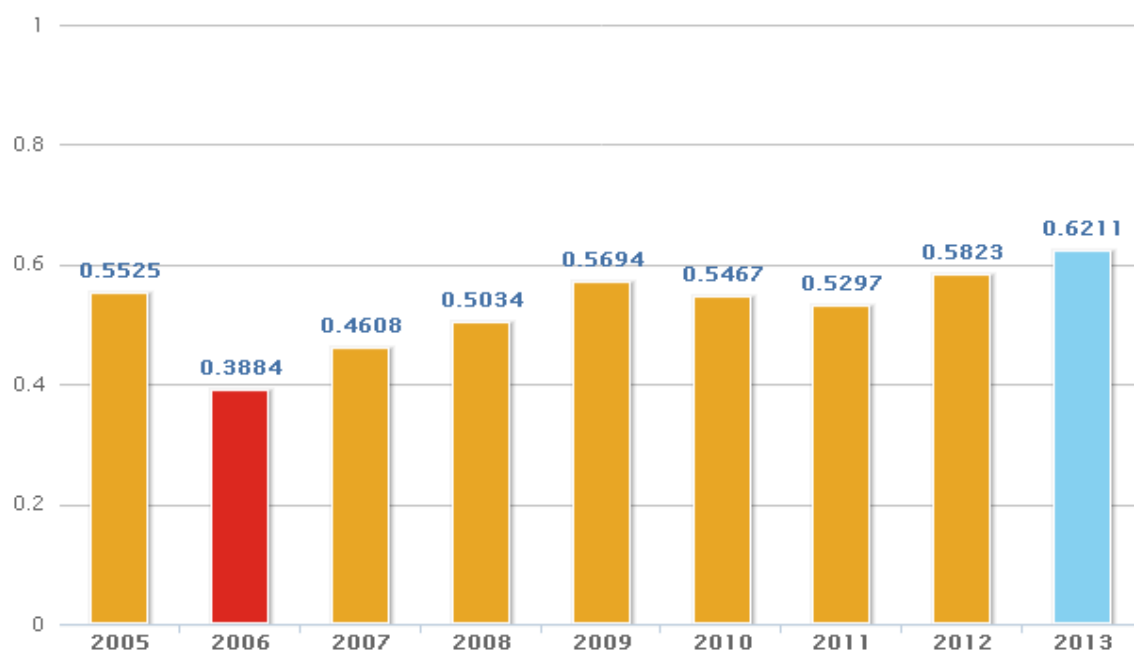
- Emprego – que avalia a geração de emprego formal, e a capacidade de absorção da mão de obra local, e;
- Renda – que acompanha a geração de renda e sua distribuição no mercado de trabalho do município e a desigualdade.

3.9.2 IFDM – Educação:

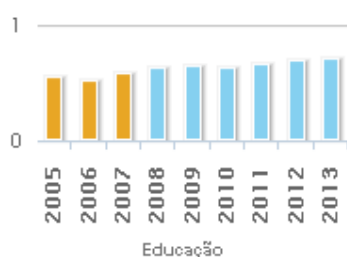
- Idealizado para captar a oferta de educação infantil e, principalmente, a qualidade da educação prestada no ensino fundamental, em escolas públicas e privada.

3.9.3 IFDM – Saúde:

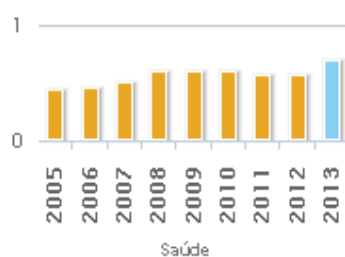
- Utilizaram-se dos bancos de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e do Sistema Internações Hospitalares (SIH), todos do DataSUS - Ministério da Saúde e Internações Sensíveis à Atenção Básica.



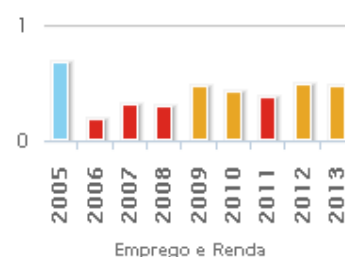
IFDM - Consolidado



IFDM - Educação



IFDM - Saúde



IFDM - Emprego e Renda

GRÁFICO I – Comportamento dos indicadores do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM): Consolidado – 2005 a 2013

Fonte: IFDM - Consolidado, gráficos retirado do site da firjan no dia 01/08/2017

Observando-se isoladamente as variáveis do IFDM no Gráfico I, fica claro entender que a Educação e Saúde evoluíram positivamente chegando ao último ano do indicador com a classificação de Desenvolvimento Moderado (IFDM entre 0,6 e 0,8).

No entanto o mesmo não ocorreu com os índices do IFDM – Emprego e Renda, onde até 2005 alcançou o conceito Moderado, mas que logo em 2006, já obteve o conceito de Baixo Desenvolvimento.

Mas como o IFDM – Consolidado é o indicador que busca consolidar em apenas um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local; então

na visão geral, o município de Peixe também alcançou no último ano do indicador (2013), o conceito de Desenvolvimento Moderado.

Tendo destaque o ano de 2006 que foi o menor índice do IFDM – Consolidado do Gráfico I, que esta ligada ao indicador de Emprego e Renda que também obteve a menor pontuação no mesmo ano.

Em 2006 a UHE de Peixe Angical entrou com sua operação comercial integral. Com isso àqueles trabalhadores que compuseram a mão de obra apenas para construção da usina tiveram egressão da variável Emprego e Renda.

4 Considerações Finais

O município de Peixe do Estado do Tocantins evolui gradativamente em seu crescimento populacional. Em 2010 a população estimada era de 10.384, e no ano de 2016 constatou 11.467 habitantes, dados do IBGE (2016).

A cidade que é rica em paisagismo natural, tomando para si vários pontos turísticos, onde esses, além de serem importantes para história e a cultura local, são também considerados alternativas para atividades econômicas. A supracitada cidade se encontra numa distância de mais ou menos 320 km da capital de Palmas.

Ao discorrer sobre o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) dos anos de 2006 a 2015, o desfecho alcançado é sobre a dinâmica ocorrida entre os seus indicadores; onde o indicador da Receita Própria, evidenciou que o município depende mais das transferências constitucionais e voluntárias; e o IFGF – Liquidez diz que o município postergou pagamentos para o exercício seguinte, influenciando o IFGF – Custo da Dívida do município que constatou pouco comprometimento com as dívidas (Juros e Amortizações); e também houve poucos investimentos; e por último o IFGF – Gastos com Pessoal, onde a gestão do município de Peixe seguiu as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal no que tange aos limites máximos da despesa, mostrando que o comprometimento do orçamento com a folha foi menor.

Portanto, esse comprometimento não bastou para que o município não tivesse despesas, onde a gestão não se comprometeu totalmente, aplicando os seus recursos com os juros e amortizações, postergando o pagamento para o exercício seguinte, e dessa forma, não havendo possibilidade para novos investimentos.

Para a conclusão do IFGF, temos o indicador geral que constatou que o município de Peixe em sua gestão precisa ter maior controle dos limites de gastos e transparência dos mesmos, ou seja, ter maior aprimoramento da gestão fiscal, com o aperfeiçoamento das decisões dos gestores públicos quanto à alocação dos recursos. Os resultados mostraram que para esse indicador o município não foi superior a 6,0, ou seja, não se enquadrou como sendo bom ou ótimo no índice de gestão fiscal geral, o qual sempre oscilou dentro do regular.

A relação que esse indicador tem para com a UHE de Peixe Angical é que ao levar em consideração o grande investimento que a cidade recebeu, onde a Prefeitura utilizou poucos recursos de capital no período em que esta estava sendo construída, aproveitando-se de externalidades positivas, que foi a construção e a

despesa que a usina teve no município; a gestão municipal poderia ter investido melhor, onde esse resultado seria mais favorável ao desenvolvimento da cidade.

Embora a Prefeitura tenha que ter maiores cuidados com a gestão fiscal do município, tal lapso não impediu que a cidade de Peixe se desenvolvesse. O indicador que confirma essa afirmação é o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) – Consolidado, que trouxe para o município no último ano apurado (2013), um resultado de Desenvolvimento Moderado.

Em 2006 a Usina Hidrelétrica de Peixe Angical completou a sua Operação Comercial Integral, influenciando significadamente os indicadores socioeconômicos da região, resultado esse que responde o problema da pesquisa.

Tal influência ocorreu durante a construção e após a construção e funcionamento da UHE de Peixe Angical. Afirmativa que pode ser comprovada nos dados dos resultados levantados, como por exemplo, o aumento do Comércio, Indústrias de Transformação, Alojamento e Alimentação e Construção, dados do Empresômetro (2017), no ano de 2006, mesmo ano em que a usina iniciou o seu funcionamento total. Porém nesse mesmo ano (2006), houve uma grande queda no indicador IFDM – Emprego e Renda, entendendo que os trabalhadores que compuseram a mão de obra apenas para construção da usina tiveram egressão da variável Emprego e Renda. Mas na análise dos resultados é perceptível que esse índice evoluiu no decorrer dos anos, buscando uma melhor estabilidade, saindo do ruim para o regular.

Diante de tais considerações, observa-se nas análises dos dados que o município de Peixe, que antes da construção da usina possuía baixos indicadores teve uma evolução dos mesmos e ao confronta-los com as teorias que permeiam as ideias de desenvolvimento regional e de alguns indicadores sociais e econômicos, mostram que os impactos promovidos pela construção da usina trouxeram para o desenvolvimento da cidade resultados favoráveis.

Logo, vale ressaltar que o município se desenvolveu ex post a construção da UHE de Peixe Angical, entretanto a gestão municipal poderia ter usufruído melhor desse investimento para alcançar indicadores melhores de níveis bons e/ou excelentes.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Junior. **Conhecendo o Tocantins: História e Geografia** – 2º edição 2004, Editora IBEP - DIDÁTICO p.92.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000, **Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF**.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECNÔMICO** 2014, 15 páginas.

CAMARGO, Orson. **"Desigualdade social"**; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/classes-sociais.htm>>. Acesso em 23 de janeiro de 2017.

Compara Brasil, Finanças dos Municípios, 2017. Disponível em: <<http://www.comparabrasil.com/>> Acesso em: 25 Jul. de 2017.

EDP Energias Do Brasil. **Aproveitamento hidroelétrico é o 1º empreendimento do setor elétrico alinhado com o programa Parceria Público-Privada, 2005**. Disponível em: <<http://www.edp.com.br/distribuicao/Paginas/2005/04/Construcao-de-Peixe-Angical-segue-em-ritmo.aspx>>. Acesso em: 06 de dez. 2016.

Empresômetro, tudo sobre empresas. **METODOLOGIA, IBPT 2016**. Disponível em: <<http://empresometro.com.br/Site/Metodologia>> Acesso em: 23 de Jan. de 2017).

FEBVRE, Lucien. **Seguindo os Passos da História**, 2014. Disponível em: <<http://seguindopassoshistoria.blogspot.com.br/2014/01/a-fonte-historica-e-suas-possibilidades.html>> Acesso em: 20 de Dez de 2016.

FISCHER, Manfred M., NIJKAMP, Peter. 2009 (citado por PIRES Antonio, **Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional – Casos Práticos**, 1ª Edição Sílabo, Lda – Lisboa, outubro de 2015, p.23).

FIRJAN, **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**, 2014. Disponível em: < <http://www.firjan.com.br/ifdm/>> Acesso em: 15 de Jan. 2017.

FIRJAN, **Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF)**, 2014, Disponível em: < <http://www.firjan.com.br/ifgf/> > Acesso em: 09 de Mar. 2017.

FRANCO, Maria Teresa. SANCHEZ, Carlos Roberto. **Compreendendo a Complexidade Socioespacial Contemporânea: o território como categoria de dialogo interdisciplinar**, Editora EDUFBA, 2009, 212 páginas.

FURTADO, Celso. **TEORIA E POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Citado por BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECNÔMICO** 2014, p.65.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GRUPO 2. **CONTRASTES SOCIAIS E ECONÔMICOS**, 2008. Editora SAPO, pág. 1.

HALUM, César. **Municípios Tocantinenses: Suas Origens, Seus Nomes** – 1 edição, Palmas – Tocantins, Provisão Gráfica e Editora, 2008, p.252-254.

IBGE – **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Cidades: Tocantins, 2016. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=17> > Acesso em: 01 de Nov de 2016.

KINYANJUI, Loise. “Factors Affecting a Selection Site For a Hydroelectric Station”, 2013, Tradução: MORGANTE, Augusto, 2014. **“Fatores que influenciam a escolha de um local para usina hidrelétrica”**. Disponível em: <http://www.ehow.com.br/fatores-influenciam-escolha-local-usina-hidreletrica-info_30665/>. Acesso em: 19 de Dez de 2016

KRUGMAN ET al. 2002, citado por BRANDÃO, Carlos Antonio, **TEORIAS, ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS REGIONAIS E URBANAS RECENTES: anotações para uma agenda de desenvolvimento territorializado***, pela Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, 2004, p.59

OLIVEIRA, Gilson, LIMA, José Edmilson, **O desenvolvimento sustentável em foco: uma contribuição multidisciplinar**, 2003, Editora ANNABLUME, p.31).

PORTAL BRASIL, Meio Ambiente, 2010. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente>> Acesso em: 29 de Dez de 2016.

Portal do Ministério do Trabalho, **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**, 2015 Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-caged>> Acesso em: 23 Jan. de 2017.

Prefeitura de Peixe. Construindo um novo tempo ADM 2013 a 2016. **Conheça Peixe: HISTÓRIA** 2013. Disponível em: <<http://www.peixe.to.gov.br/portal/index.php/historia/>> Acesso em: 06 de Dez de 2016

REIS, Carlos. **Planejamento Estratégico de Sistemas de informação**. Lisboa 1993, editora Presença. Pag.20-24.

Secretaria de Orçamento Federal - **SOF** <glossário. <http://www.orcamentofederal.gov.br/glossario> > Acesso em: 24 Jul. de 2017

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário dos conceitos históricos, 2.ed., - São Paulo, Editora Contexto, 2009, p,158.

SOUZA. Nali Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 3ª ed. ver. e ampl., Editora Atlas S.A., São Paulo, 1997. Citado por MARX George, CABREIRA Valéria, em Algumas considerações sobre desenvolvimento econômico, Rio Grande, 2010

VASCONCELLOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel E. **FUNDAMENTOS DE ECONOMIA**. Editora Saraiva, 2008, p.255.